

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De _____ / _____ / _____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃO

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

PARECER PRÉVIO Nº 78/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11066/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Jutai.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sra. Marlene Gonçalves Cardoso, Prefeita do Município de Jutai, à época.

6- Unidade Técnica: DICOP – Relatório Conclusivo nº 01/2015 (fls.1737/1802) e DICAMI – Relatório Conclusivo nº 20/2015 (fl. 1803/1842).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 825/2015-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho (fls. 1843/1850).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

Ementa: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal Jutai. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação das contas com ressalvas.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, nos termos da Proposta de Voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO, nos termos do art. 219, incisos I e II da Resolução n.º 04/2002, o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/1996, bem como o art. 31, §2º, da Constituição Federal, recomendando à Câmara Municipal de Jutai a **aprovação das Contas do Município, com ressalvas, exercício de 2013**, de responsabilidade da Sra. **Marlene Gonçalves Cardoso**, na qualidade de Prefeita do Município, à época, conforme o disposto no art. 223, §3º, da Resolução n.º 04/2002.

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2015.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De _____ / _____ / _____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 78/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

12.1 – Auditor Relator: Mario José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MARIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDAO Nº 78/2015 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 78/2015 -TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE nº 11066/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Jutai.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Marlene Gonçalves Cardoso, Prefeita do Município de Jutai à época.

6- Unidade Técnica: DICOP – Relatório Conclusivo nº 01/2015 (fls.1737/1802) e DICAMI – Relatório Conclusivo nº 20/2015 (fl. 1803/1842).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 825/2015-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho (fls. 1843/1850).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

Ementa: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal Jutai. Exercício de 2013.

*Contas Regulares com ressalvas. Multa.
Determinações.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos da Proposta de Voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1- À UNANIMIDADE:

9.1.1 - Julgar regulares, com ressalvas, a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Jutai, exercício de 2013, de responsabilidade da Sra. **Marlene Gonçalves Cardoso**, na qualidade de Prefeita do Município em destaque, com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, e 24, da Lei n.º 2.423/96 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c art. 188, § 1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas);

9.1.2 - Fazer as seguintes determinações à responsável e à atual gestão da Prefeitura de Jutai, alertando aos mesmos de que a reincidência poderá causar a irregularidade das próximas contas anuais do órgão, além da aplicação da multa cabível:

a) observem todos os dispositivos constantes na Resolução n.º 7/2002 – TCE/AM, que versa acerca do Sistema ACP/Captura;

b) observem as disposições da Resolução n.º 27/2013 – TCE/AM acerca dos documentos obrigatórios na Prestação de Contas;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDAO Nº 78/2015 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 78/2015 -TCE – Tribunal Pleno)

c) observem as disposições da Lei Complementar n.º 06/1991 no que diz respeito à publicação dos balanços (orçamentário, financeiro e patrimonial) no Diário Oficial do Estado;

d) adotem as medidas necessárias à implantação do órgão de controle interno do município, em cumprimento ao art. 70 c/c art. 75, da Constituição Federal e, ainda, em observância ao art. 10, XXI da Resolução n.º 6/2009 – TCE/AM;

e) observem com maior rigor as disposições da Lei Complementar n.º 101/2000, sanando os pontos destacados pelo Órgão Técnico acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal;

f) observem o disposto no art. 63, da Lei nº 4.320/1964 acerca da correta forma de liquidação das despesas, sobretudo no que diz respeito à aposição de atesto nas respectivas Notas Fiscais;

g) adotem as medidas necessárias ao cumprimento da Resolução n.º 3/2013 – TCE/AM, sobretudo no que se refere à contabilidade patrimonial do município (art. 94 da Lei 4.320/64);

h) adotem as medidas necessárias à implantação de um controle de saída e saldo de materiais pelo Setor de Almoxarifado, em observância ao art. 75, II, da Lei n. 4.320/1964;

i) observem o disposto na Resolução n.º 04/1998 – TCE/AM acerca dos documentos necessários à análise da regularidade da aplicação dos recursos do FUNDEB;

j) observem o disposto no art. 61, da Lei n.º 4.320/1964 referente as especificidades da emissão da nota de empenho;

l) na área de pessoal: alimentem e mantenham atualizadas as informações dos servidores via SAP (Sistema de Atos de Pessoal); e mantenham as pastas funcionais atualizadas, com as fichas financeiras;

m) adotem práticas administrativas que demonstrem a regularidade da realização de despesas com o pagamento de diárias aos servidores, por meio, a título de exemplo, da apresentação de relatórios de viagem, comprovante do deslocamento, entre outros;

n) adotem as medidas necessárias à instituição de um controle dos serviços advocatícios prestados por terceiros, valendo-se da contratação de tais serviços apenas como forma de exceção e dentro da autorização da Lei n.º 8.666/1993;

o) adotem as medidas necessárias ao cumprimento do piso salarial do profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica instituído pela Lei n.º 11.738/2008, sobretudo no que diz respeito aos estudos de impacto orçamentário e cumprimento dos limites fiscais;

9.1.3 - Fazer recomendação à Câmara Municipal de Jutai para que elabore norma disciplinando a concessão de diárias e passagens e a apresentação da documentação comprobatória do deslocamento e dos serviços prestados;

9.1.4 - Determinar à próxima Comissão de Inspeção que no ato da futura auditoria nas contas do Município de Jutai:

a) verifique se as medidas recomendadas foram cumpridas, a fim de não ensejar a reincidência das respectivas impropriedades, o que ocasionaria a irregularidade das Contas, com aplicação de multa, nos termos do art. 188, § 1º, III, “e”, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM c/c o art. 22, III, § 1º, da Lei n.º 2.423/1996.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDAO Nº 78/2015 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 78/2015 -TCE – Tribunal Pleno)

b) requisito do Executivo Municipal a norma disciplinadora da concessão de diárias aos agentes políticos e demais servidores para que as condutas sejam avaliadas segundo às regras positivadas, devidamente delineadas nos papéis de auditoria.

9.2- POR MAIORIA:

9.2.1 - aplicar multa à responsável pelas Contas, Sra. Marlene Gonçalves Cardoso, na qualidade de prefeita do município de Jutai, durante o exercício de 2013, conforme preconiza o art. 1º, XXVI, da Lei n.º 2.423/1996 e o art. 5º, XXVI, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, **no valor de R\$ 1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e três centavos)** para cada mês de atraso no envio dos dados por meio do sistema ACP (janeiro a setembro), **totalizando R\$ 9.864,27 (nove mil oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos)**, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, redação dada pelo artigo 2º, da Resolução n.º 25, de 30 de agosto de 2012.

9.2.2- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais do valor da penalidade imposta, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do artigo 174, § 4º, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM);

9.2.3- Autorizar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento do valor da condenação, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/1996 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM.

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro pela inaplicabilidade de multa pelo atraso no ACP.

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

12.1 – Auditor Relator: Mario José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MARIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral